

Iluminismos e anti-iluminismos

(uma cartografia de história das ideias)

Arno Wehling¹

¹Da Academia Brasileira de Letras. Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Veiga de Almeida.

RESUMO

Análise e mapeamento das principais correntes iluministas, buscando identificar características intrínsecas e diferentes significados na vasta polissemia do conceito. Desde o nascimento no século XVIII, simultaneamente à questão que procurava representar, até a pós-modernidade, o Iluminismo compreendeu diferentes posições, algumas antagônicas, se considerarmos os diferentes aspectos epistemológicos, ideológicos, geográficos e cronológicos surgidos sob sua denominação. Assim, Iluminismo e anti-iluminismos correspondem à estrutura mais profunda e abrangente do pensamento ocidental nos últimos 250 anos, balizando posições teóricas, metodologias e a própria doxa.

Palavras-chave: Iluminismo, Racionalismo, Historicismo, Pós-Modernidade.

ABSTRACT

Analysis and mapping of the main Enlightenment currents seeking to identify intrinsic characteristics and different meanings in the vast polysemy of the concept. Since its birth in the 18th. Century, simultaneously the issue it sought to represent, until postmodernity, the Enlightenment comprised different positions, even antagonistic, that we consider the different epistemological, ideological, geographic and chronological aspects that emerged under its denomination. Thus, Enlightenment and anti-Enlightenment positions correspond to the deepest and most comprehensive structure of western thought in the last 250 years, smoothing theoretical positions, methodologies and the doxa itself.

Keywords: Enlightenment, Rationalism, Historicism, Postmodernity

É relativamente frequente, no Brasil e em outros países, a preocupação em defender uma atitude “iluminista” contra os vários tipos de obscurantismo presentes nas sociedades atuais. Nessa preocupação está implícita a ideia de que tal atitude implica em adotar posições racionalizadoras, pautadas, senão pela ciência, ao menos por uma boa lógica e competente discernimento. Reduz-se, assim, o conceito de “Iluminismo” a um pequeno portfolio no qual a razão, ou a percepção racional dos fenômenos, é o principal – ou o único – vetor. Esse portfolio constituiria a fundamentação teórica da modernidade conforme concebida no Ocidente e começaria a sofrer corrosão, após duzentos anos de sucesso, com sintomas como a valorização da irracionalidade, a crítica à cientificidade do conhecimento e de modo mais geral a contestação pós-moderna dos padrões vitoriosos nesses dois séculos.

Não há dúvida que o racionalismo, e em particular a racionalidade científica, constituiu uma das bases do Iluminismo. Mas o fenômeno batizado com este nome – por seus contemporâneos, fato conceitual raro na História – está longe do caráter monolítico com o qual é vulgarmente associado.

O mapeamento sumário de Iluminismos e Anti-Iluminismos pode contribuir para dar nuances interessantes à questão.

*

Abordar o tema do Iluminismo ou da Ilustração - dada a complexidade e multiplicidade do objeto - pressupõe abertura teórica para compreender as sutilezas de um processo histórico temporalmente extenso e geograficamente diversificado, repleto de sínteses provisórias, intersecções, contradições e antinomias, desde sua vigência histórica até as interpretações que chegam ao presente.

Como várias outras situações históricas traduzidas em conceitos que tentam dar conta de temas complexos, o trato do Iluminismo demanda a definição de algumas preliminares, começando pelo equacionamento da própria denominação.

Em várias das línguas nas quais foi praticado, o Iluminismo ou Ilustração – em português usamos preferentemente aquele, mas não excluimos o segundo – a aceção varia ligeiramente. Em italiano denomina-se Iluminismo e em inglês Enlightenment, palavras que guardam estreita correlação com a claridade física. Em francês Lumières afasta-se ligeiramente da letra, talvez porque illumination signifique mais “luzes decorativas”, mas o sentido permanece o mesmo de claridade. Em alemão Aufklärung consiste em esclarecimento, associando-se assim mais à racionalidade e ao convencimento lógico. O espanhol segue a mesma linha, optando por Ilustración e não iluminación.

A percepção dos contemporâneos também variou. De início havia uma vaga associação com a curiosidade intelectual e a liberdade de indagação. Isso aparece nos artigos de Mendelsohn e Kant sobre o que seria a Ilustração – *Was ist Aufklärung?* - ambos publicados com o mesmo título no periódico *Berlinische Monatsschrift*, de 1784 e na obra de Mme. de Stael, quando afirma o cosmopolitismo do movimento intelectual e sua vinculação com o Renascimento. Em seguida, a mutação conceitual: com o desenrolar da

Revolução Francesa, o Iluminismo foi visto como precursor do “partido revolucionário” por adeptos e por adversários.

Procuremos delimitar o que poderia ser englobado como a temática iluminista, para tentar melhor entender o processo.

1 A TEMÁTICA ILUMINISTA

Observemos a temática iluminista a partir de três perspectivas, a abrangência teórica do movimento, a abrangência geográfica e a abrangência cronológica.

A *abrangência teórica* envolve o próprio conteúdo daquilo que se chamou Iluminismo ou Ilustração. Nesse caso pode compreender de modo preponderante o pensamento filosófico, como fez um de seus principais especialistas, Ernst Cassirer¹. Ou pode ser entendido como uma nova *Weltanschauung*, radicalmente diversa da anterior, englobando atitudes e formas de pensar, sentir e agir não apenas dos intelectuais, mas de toda a sociedade. É a interpretação clássica de Dilyhey e de Weber, ao falar no “desencantamento do mundo”. Ou ainda como todo um sistema cultural, não apenas doutrinário, caracterizado pela ação de forças práticas mais do que de ideias, mobilizadas não tanto por intelectuais de ponta e sim pela massa “moderna” de filósofos maiores e menores, médicos, engenheiros, exploradores, professores, economistas, cuja atuação foi dinamizada pela ampliação da indústria editorial, da alfabetização e da escolarização. A edição da *Enciclopédia* dirigida por Diderot e D’Alembert, símbolo desse processo, foi sem dúvida uma grande aventura empresarial e financeira, mas não foi a única na França e no restante da Europa central e ocidental.

A *abrangência geográfica* é outro aspecto a considerar. Longe de ser apenas um movimento francês – não obstante a centralidade francesa e a “galomania” reinante na Europa – o Iluminismo espalhou-se, além da França, pela Grã-Bretanha (notadamente a Escócia), estados alemães do Sacro Império, Áustria, Itália, parte da Europa oriental, península ibérica e América. Ainda sob o ângulo regional é importante frisar que as pesquisas sobre o tema vêm demonstrando como o Iluminismo foi um fenômeno urbano, das “grandes cidades” europeias, inclusive com um sofisticado “circuito das capitais”, dinamizado por meio de viagens, relações epistolares e fundação de academias de letrados e sociedades econômicas de “amigos do país”, cada qual com seu elenco de sócios correspondentes de outras regiões e países².

Por último, a *abrangência cronológica*. Até hoje não há consenso sobre o tema. O Iluminismo é fenômeno de todo o século XVIII? De sua segunda metade? Dos vinte anos que antecederam a Revolução? Terminaria com a Revolução Francesa? Ou terminaria com o nacionalismo, contra o cosmopolitismo iluminista e com o romantismo, contra o racionalismo anterior? Em boa lógica investigativa, temos de concluir que dependendo do

¹ Ernst Cassirer, *The philosophy of the Enlightenment*, Boston: Beacon Press, 1966, p. IX-X.

² Franco Venturi. *Utopia e reforma no Iluminismo*. Bauru: Edusc, 2003, p. 217.

problema que desejarmos equacionar, a resposta a esta pergunta irá variar. O historiador das ideias Paul Hazard, num livro seminal quase centenário, *A crise da consciência europeia*, afirmou com provas bastante convincentes que o turning point da modernidade intelectual cristalizou-se entre os anos 1680 e 1715³. As questões básicas da epistemologia e mais amplamente da filosofia ocidental teriam sido postas à mesa nestes 35 anos, sendo todo o movimento posterior – isto é, o Iluminismo – a discussão e a vulgarização dos temas axiais então colocados.

Para efeito do que aqui se busca – identificar algumas grandes correntes que nos permitam nuançar iluminismos e anti-iluminismos, podemos, considerando os principais aspectos a ele como sistema cultural ou desencantamento do mundo, balizá-lo entre os anos 1730-1740 e a Revolução Francesa. Identificam-se aí claramente três correntes, a racionalista, a culturalista (ou historicista) e a que poderíamos chamar “mitigada”, desenvolvida nas monarquias católicas. Quanto à sua crítica, ela se localiza na reação religiosa, sobretudo da Igreja, à irreligiosidade iluminista e igualmente no romantismo e no nacionalismo, o que nos situa entre a reação à Revolução da última década do século XVIII e o Concílio Vaticano I (1869-1870). Claro está que avatares de aspectos de ambos os movimentos ressurgem ao longo do período subsequente até os nossos dias, mas não serão objeto desta análise.

2 ILUMINISMOS

A versão que poderíamos denominar racionalista do Iluminismo é a que predominantemente se associa ao tema. Por ela, tratou-se de um movimento baseado em certo número de chaves interpretativas, como a razão natural, a ordem física do Universo, a inserção biopsicológica do homem, a liberdade de investigação.

Possuiria duas linhas de desenvolvimento, a racionalista e dedutiva, sobretudo francesa oriunda do pensamento cartesiano e a racionalista e indutiva, sobretudo britânica, oriunda do pensamento de Bacon, Hobbes e Locke. A primeira culminaria no Iluminismo com Voltaire, Montesquieu, Turgot, Condillac, La Mettrie, Holbach e os demais enciclopedistas; na Alemanha corresponderia a Lessing, Wolff, Mendelsohn e Kant. A segunda seria nele representada por Lord Shaftesbury, Mandeville, Hutcheson, Berkeley, Ferguson, Hume e Adam Smith, entre outros.

A razão natural correspondia à capacidade cognitiva do ser humano em perceber na realidade de que faz parte os elementos básicos da ordem universal. Parafraseando Grotius ao falar do direito natural, poderíamos dizer que a razão natural existiria ainda que Deus não existisse. Essa dessacralização da razão como vinha sendo entendida pelas religiões permitiu a convivência no aprisco iluminista de crentes, agnósticos e ateus e foi uma sinalização importante de tolerância depois de dois séculos de sangrentas guerras de inspiração religiosa.

³ Paul Hazard, *The European mind 1680-1715*. Londres: Penguin, 1964, p. 491.

A ordem física do Universo conforme definiu-se com as descobertas de Newton e sua divulgação por Clarke no século XVIII foi certamente a grande cunha epistemológica que consolidou a tradição investigativa renascentista. A concepção de leis universalmente válidas, o valor da observação e o papel do método consolidaram a nova maneira de ver o universo e o homem, que já se esboçara na crítica dos nominalistas e dos empiristas à metafísica tradicional⁴.

A concepção biopsicológica do homem mudou conseqüentemente de eixo, a latere ou mesmo contra a religião. Fossem ideias inatas cartesianas, fosse a tabula rasa de Locke, o ser humano passou a ser concebido como um elemento profundamente inserido na natureza. Seu comportamento derivava de certos condicionamentos físicos e biológicos, e não era necessário ser um materialista como Hobbes no século XVII ou como Helvetius no Iluminismo para concluir que muitos dos pressupostos que vinham da medicina galênica ou de Aristóteles estavam superados.

O corolário revolucionário de todas essas novidades era a liberdade de investigação. É ingênuo supor, como quiseram historiadores protestantes, que nos países católicos imperava a repressão e na área luterana ou calvinista, a liberdade. Houve repressão à liberdade de pensamento e associação por toda a Europa antes, durante e após o Iluminismo. Variava porém o grau, diretamente relacionado à sensibilidade do poder ante o que lhe parecia ameaça política ou à vigilância da moral social conforme interpretada pelas autoridades em nome da afirmação de valores, geralmente religiosos.

Não obstante tal situação, é inegável que o clima iluminista permitiu num nível até então desconhecido a liberdade de expressão. Ou como definiu Kant a propósito da pergunta sobre o que era a Ilustração – Was ist Aufklärung?:

*“É a saída do homem da menoridade, da qual ele próprio é responsável. Menoridade, isto é a incapacidade de servir-se de seu entendimento sem a direção de outrem, menoridade da qual ele mesmo é responsável, pois sua causa reside não numa falha do entendimento, mas na falta de decisão e de coragem para orientar-se sem a orientação de outrem. Sapere aude! Tenhas a coragem de servir-te de teu próprio entendimento. Eis a divisa da Aufklärung”.*⁵

O mecanicismo inerente ao pensamento iluminista francês, simultaneamente herdeiro da tradição cartesiana do século anterior e da vulgarização das ideias de Newton sobre a física e o universo, entretanto, foi gerando ao longo do século XVIII profundo desconforto em alguns setores intelectuais. Não se pense aqui nos que naturalmente se opunham ao mecanicismo pelas convicções filosóficas ou religiosas por suas ligações com o pensamento teológico ou com a renovação quinhentista da Escolástica. Estes constituem

⁴ Alexandre Koyré. *Études d'histoire de la pensée philosophique*. Paris: Gallimard, 1978, p. 253.

⁵ Arno Wehling, Kant e o conhecimento histórico (a ideia de história e a sociedade no século XVIII). In Arno Wehling, *A invenção da história (estudos sobre o historicismo)*. Rio de Janeiro: UFF/UGF, 2001, p. 69.

uma clara corrente anti-iluminista que sempre se manifestou e que serão considerados mais adiante.

Agora trata-se de outro tipo de Iluminismo, não de uma rejeição dele. O desconforto com o racionalismo mecanicista aparece claramente na *Ciência Nova* de Vico nas primeiras décadas do século XVIII e reage ao anátema cartesiano contra a história como categoria do conhecimento. Em lugar das explicações *more geométrico* sobre o homem, Vico opõe justamente as realizações deste, como a língua, a arte, a literatura e o direito dos povos. Estudadas, poderão orientar o ciclo de desenvolvimento da cultura e as relações entre as culturas. A despeito da persistência de traços da metafísica tomista, é uma nova maneira de ver o homem, distinta da versão mecanicista.

Sua obra permaneceu fortemente ignorada ao longo do século XVIII, não por ter sido publicada em Nápoles, mas por estar distante do “espírito do século” como se afirmava a partir de Paris. Só foi redescoberta em plena contestação romântica ao Iluminismo, a partir de Michelet e outros autores. Foi, entretanto um sintoma do desconforto que eclodiria ao longo do século das Luzes, à medida que se consolidava o Iluminismo francês.

Esse desconforto apareceria nas últimas décadas do século XVIII sobretudo na Alemanha. Hamman, amigo de Kant, escreveu uma *Metacrítica sobre o purismo da razão pura*, criticando o racionalismo ilustrado. Seu contemporâneo mais moço, Jacobi, opôs ao mecanicismo uma atitude fideísta e sentimental, prenunciando o romantismo. Mas foi Herder quem, estudando a formação das línguas e da literatura, chegou a uma filosofia da história que via na cultura ou nas realizações históricas do homem a matéria prima a partir da qual se poderiam estabelecer as interpretações.

Concluía-se assim ainda no século XVIII uma nova concepção do homem e da história. Herder, aluno de Kant, de modo algum refuta a contribuição das então recentes descobertas científicas para o estudo da natureza. Recusa apenas sua extrapolação para o estudo do homem – ou, em jargão metodológico atual, a atitude reducionista de submeter a cultura à natureza. Portanto, antes de um anti-iluminista, é sobretudo um anti-mecanicista⁶.

Em seu relativismo cultural e na consideração da singularidade das culturas, revelou-se um empirista radical, neste ponto aproximando-se de Hume e dos empiristas ingleses, como já notou Isaiah Berlin⁷.

O racionalismo mecanicista acreditava na existência de um sistema, cujo modelo era o do Universo, que funcionaria à base de leis eternas – da própria natureza, ou de Deus, conforme a perspectiva. Tais leis, a partir da observação e com a metodologia correta eram discerníveis pela investigação científica. Transpor tal modelo epistemológico para o estudo das sociedades era um objetivo dos ilustrados sobretudo franceses, como no século XIX seria o objetivo de positivistas, marxistas e evolucionistas.

⁶ Wolfgang Hardtwig, *Geschichtskultur und Wissenschaft*. Munique: DTV, 1990, p. 58.

⁷ Isaiah Berlin. *Vico e Herder*. Brasília: UNB, 1976, p. 133.

Negar a viabilidade dessa transposição, buscando vetores inerentes à cultura para explicar o comportamento social do homem, estava implícito na rejeição de Vico ao cartesianismo e explícito nos trabalhos de Herder.

Corrente minoritária no pensamento do século XVIII, a valorização culturalista ou historista (como depois se chamou) da história das sociedades tornar-se-ia dominante no século XIX, quer no seu ramo romântico, quer no cientificista. Mas isto já será outro problema teórico⁸.

Neste sentido pode dizer-se que o século XVIII foi o século da natureza como chave do conhecimento, enquanto o XIX foi o século da história.

Há, contudo, além da versão naturalista e da versão historista, uma terceira vertente iluminista a considerar.

Enquanto as duas primeiras se distinguem basicamente por uma discordância epistemológica e filosófica, a terceira define-se melhor como o encaminhamento de um problema de ordem política.

Trata-se dos países ou regiões de forte tradição católica, em que setores mais ou menos extensos da vida intelectual e das elites sociais admitem e valorizam os resultados das descobertas intelectuais dos séculos anteriores. Entendem, porém como um perigo para o que representam ou acreditam o desenvolvimento do pensamento crítico como o defendido pelo Iluminismo. Ousar, no sentido kantiano, mas dentro de certos limites.

É o que encontramos desde meados do século XVIII em Portugal, na Espanha, no reino da Sardenha e Piemonte, na Áustria e em alguns estados alemães⁹.

Proliferam aí, como nos “países centrais” do Iluminismo, as academias literárias e científicas e as sociedades de agricultura, valorizando a experimentação e a discussão de novidades. Imprime-se mais e lê-se mais, também nesses países. Discute-se, como em Paris, Londres, Edimburgo, Amsterdã ou Berlim, a primazia entre agricultura e indústria, as vantagens do comércio sobre a guerra, a necessidade de reformular leis arcaicas e renovar o direito. Defende-se a “polícia da sociedade”, ou seja, a organização da vida social a partir de um governo “esclarecido” que supervisione toda a atividade do Estado e da sociedade.

Critica-se o excessivo poder da Igreja e o seu domínio sobre propriedades, perturbando a circulação da riqueza. O argumento é o mesmo de Voltaire, mas ninguém o cita porque é visto geralmente como um espírito incendiário. Entretanto, o governo despótico de Pombal diz claramente no enunciado de sua lei sobre a herança que é absurda a concentração dos bens de mão morta com o clero.

⁸ Arno Wehling, A temática do historicismo. In Arno Wehling, op. cit., p. 21.

⁹ Por todos, Jean Sarrailh. *L'Espagne éclairée de la seconde moitié du XVIIIe. siècle*. Paris: Klincksieck, 1964, p. 145.

A ideia é reformar o Estado de cima para baixo, sem afetar a estrutura social nem provocar a revolução. São as reformas de Vitor Emanuel no Piemonte, de Carlos III na Espanha, de José II na Áustria e do próprio Pombal e logo D. João em Portugal.

No fechado Portugal pombalino a mais importante das leis promulgadas, a Lei da Boa Razão, de 18 de agosto de 1769, que procurava passar um crivo em toda a legislação existente a partir do critério da “boa razão”, dizia em seu preâmbulo:

“...depois de muitos anos tem sido um dos mais importantes objetos de todas as nações polidas da Europa, o de precaverem com sábias providências as interpretações abusivas que ofendem a majestade das leis, desautorizam a reputação dos magistrados, e tem perplexa a justiça dos litigantes...”¹⁰

O mesmo ministro faria em 1772 uma reforma na Universidade de Coimbra, a fim de introduzir o estudo das ciências como se delineavam no século XVIII, sem, no entanto, afrouxar a tríplice censura que o governo tinha à mão: a do governo (“do paço”), a da Igreja (do arcebispo de Lisboa) e a da Inquisição.

Na Espanha de Carlos III e Carlos IV, Jovellanos, figura máxima da ilustração de seu país, embora recusando o dogmatismo mecanicista francês – “yo no soy sistemático”, dizia – fazia entusiásticas defesas da nova política liberal anti-mercantilista, fundando-as no discurso racionalista:

*“Eu me atenho ao princípio que não deixarei jamais de repetir... a indústria, qualquer que seja, não pode esperar do governo senão liberdade, luzes e segurança”.*¹¹

Já se chamou a este tipo de procedimento político, que instrumentaliza um Iluminismo mitigado, não sem razão, de “despotismo esclarecido”.

3 ANTI-ILUMINISMOS

Há três grandes movimentos de reação ao conjunto de concepções englobadas desde o século XVIII como “Iluminismo”. De um lado, a concepção católica, dominante, mas não exclusiva no século XIX, de reafirmação da dogmática tradicional da Igreja. De outro, o romantismo nos planos estético e filosófico e o nacionalismo no político¹².

O Iluminismo em sua versão francesa e laica, especialmente com Voltaire, não foi muito indulgente com a Igreja. O “écrasez l’infame!” voltairiano tornou-se um mote repetido à exaustão pela propaganda anticlerical. Com a Revolução Francesa, tanto a ruptura com

¹⁰ José Homem Correia Teles, Comentário crítico à Lei da Boa Razão. In Cândido Mendes de Almeida: *Auxiliar Jurídico*. Lisboa: FCG, 1985, vol. II, p. 455.

¹¹ Apud Jean Sarrailh, op. cit., p. 223.

¹² Ulrich Im Hof, *La Europa de la Ilustración*. Barcelona: Crítica, 1993, p. 213.

Roma quanto a secularização dos bens da Igreja foram percebidas como consequência da pregação iluminista, embora o movimento não fosse homoganeamente antirreligioso, mesmo na França.

Nesse sentido a Revolução foi um detonador da primeira grande reação anti-iluminista. De modo mais profundo, porém outras razões conspiravam para esse fim. O que estava em jogo era o fim da sociedade de ordens, que vinha dando consistência à vida social e jurídica europeia desde a Idade Média. A decretação em agosto de 1789 na Assembleia Constituinte do fim dos privilégios do clero e da nobreza tornou a igualdade jurídica ante a lei a base da organização social vindoura, abolindo as diferenças estamentais. Ao mesmo tempo acentuava-se o processo de “desencantamento do mundo” de que o próprio Iluminismo fazia parte. A crítica e o ordenamento racional gradualmente substituíam a visão de mundo baseada na fé e na crença em uma ordem social desejada, senão criada, por Deus. Também a vida material sofria transformações visíveis aos olhos dos contemporâneos, com a antiga economia de autoconsumo, agrária, rotineira e pouco especializada, tornando-se na Inglaterra e em algumas regiões da Europa continental, no curto espaço de duas a três gerações, industrial, urbana e tecnologicamente inovadora.

Muitos intelectuais iluministas eram automaticamente associados à crítica da sociedade estamental e do estado absolutista. Alguns eram percebidos apenas como críticos esclarecidos da superstição, vista como decorrência da credulidade religiosa. Outros ainda apareciam como homens cultos e pragmáticos, interessados em engenharia e economia e preocupados com o aumento da produtividade das terras e da manufatura. Todos, de certa forma, representavam os tempos modernos, que implicavam num forte antropocentrismo, deslocando Deus para o fundo da cena ou mesmo, minoritariamente, negando-lhe a existência.

Contra isso voltou-se a Igreja e parte significativa da intelectualidade católica em diversos países. Condenava-se a modernidade como impiedade, materialismo, ruptura da tradição ocidental afirmada na Idade Média e perda do sentido cristão da existência.

De Maistre na França e pouco mais tarde Donoso Cortez na Espanha tiveram importância fundamental na construção de uma crítica intelectual desse processo, cujo principal acusado foi o Iluminismo francês. Todo um forte partido político, o carlismo espanhol em meados do século XIX, defendeu um tipo de monarquia de poderes limitados e com largo espaço para a nobreza e o clero, de certo modo ressuscitando um momento político medieval.

A reação oficial da Igreja foi igualmente contundente ao longo do século XIX, reafirmando os dogmas, definindo a primazia da transcendência e da vida eterna sobre a imanência e a fugaz vida terrena e condenando o programa iluminista. Ela o via como laicista, corrosivamente crítico e fundado num culto exagerado da razão humana. Seu campeão, o Papa Pio IX, antes mesmo de convocar o Concílio Vaticano I, promulgou a encíclica *Quanta cura*, cujo apêndice era o *Syllabus dos erros de nossa época*, relacionando oitenta itens condenados pela Santa Sé, boa parte deles associada ao Iluminismo. A reação espiritualista compreendeu mesmo aqueles eclesiásticos que procuravam sintonizar o

espírito cristão à nova realidade econômica, como o padre Lacordaire, defensor do nascente operariado industrial e como o Papa Leão XIII, autor da encíclica *Rerum Novarum* sobre o mesmo assunto, simultaneamente grande defensor da revalorização do pensamento católico medieval, em particular do tomismo.

A reação ao Iluminismo e de modo mais amplo às transformações que davam uma acentuada sensação de “mundo que perdemos” aparece também fortemente no romantismo. A Revolução Francesa e os movimentos que provocou a seu favor ou contra colocaram a crítica à razão na ordem do dia no início do século XIX. A “fase negra” da pintura de Goya é o exemplo clássico de crítica aos “delírios da razão” e na literatura a reação romântica procurou igualmente valorizar as paixões contra a suposta frieza do mundo racional e as injustiças do mundo material. Dickens, Vitor Hugo, Lamartine, Chateaubriand, Hölderlin são os grandes intérpretes dessa crítica, da qual se afasta Goethe com seu olímpico sobrevoos do clássico ao romântico.

É esse mesmo romantismo que vai reinterpretar Vico, Hamman, Jacobi e Herder, tornando a corrente dominada do Iluminismo tendência dominante no século seguinte, vendo-os, com certo exagero, seus precursores e radicalizando várias de suas posições.

A terceira força anti-iluminista foi o nacionalismo. A transformação da *pátria* em *nação* foi efeito, entre outros aspectos, da reação ao expansionismo da Revolução Francesa e dos exércitos napoleônicos¹³. No século XVIII a ideia de pátria, verticalizada, passava do local de nascimento, à província a que este pertencia e daí ao conjunto – maior e mais distante – da nação. No *Dicionário Filosófico* de Voltaire só há o verbete pátria e quando o crítico Dr. Johnson quis caricaturar numa boutade o exagerado sentimento nacional chamou-o “patriotismo”, não nacionalismo.

A diferença substantiva que ocorre na virada do século XVIII para o XIX está na criação de um conjunto de elementos “nacionais” por oposição ao universalismo e ao cosmopolitismo da Revolução Francesa – afinal, seus primeiros constituintes editaram a *Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão*. Dirigiam-se, como o Papa, “urbi et orbi”.

Para o nacionalismo assim constituído em ideologia de combate, os males eram o universalismo e o cosmopolitismo diluidor das identidades, cuja raiz estava no Iluminismo, que assim se proclamara, embora isso fosse verdade apenas na sua versão francesa¹⁴.

Reação tradicionalista católica, estética romântica e política nacionalista, separadas ou aliadas, constituíram o núcleo duro da crítica aos Iluminismos, ou à interpretação que cada uma dessas perspectivas procurou dele fazer.

¹³ Hagen Schulze. *Estado e nação na história da Europa*. Lisboa: Presença, 1997, p. 176.

¹⁴ Bertrand de Jouvenel. *As origens do Estado moderno. Uma história das ideias políticas no século XIX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 113.

*

Por tudo, parece evidente que não se pode considerar o Iluminismo um bloco uniforme, separado de outros dois blocos, o barroco que o antecede e o romantismo que o sucede. Há mediações, transições, antecipações e retardamentos, como em todo processo histórico complexo.

Rousseau foi dos últimos iluministas ou o primeiro romântico? Herder foi iluminista pelo culto à ciência ou romântico porque via o homem como produto da cultura antes que da natureza? Questões como estas não fazem sentido, porque valorizam a elegância interpretativa do modelo em detrimento da compreensão do processo.

Não considerar o Iluminismo um bloco monolítico e sim como processo já é um avanço qualitativo. Podemos tentar outros.

A cronologia e a geografia, primeiro. De um início impreciso entre a “crise da consciência europeia” e os anos 1730, com “precursores” imersos em autores de outras referências, há quanto ao fim um consenso: o Iluminismo se encerra pelas últimas décadas, as revolucionárias, do século. Geograficamente pode-se admitir como o historiador Michel Vovelle uma explicação cômoda: a difusão das Luzes, a partir de diferentes grupos sociais e países, em ondas concêntricas, iniciando-se pela França e Inglaterra, logo passando à Alemanha e à Itália e além¹⁵.

A busca de denominadores comuns, em seguida. Certamente todos aqueles que estudaram o Iluminismo encontraram nele alguns aspectos transversais, ainda que com pesos diferentes conforme a época e a região. Razão dessacralizada, espírito crítico, percepção de uma ciência desvinculada de amarras teológicas e mesmo filosóficas e sobretudo liberdade de pensamento, expressão e difusão de ideias, foram traços comuns de “iluminados” e “esclarecidos” dos diferentes países.

Por fim, os antagonismos. O Iluminismo caracterizou-se em seu bojo não por um doutrinário sectário, mas pela coexistência de percepções que a despeito dos denominadores comuns, envolveram conclusões não apenas diversas, mas antinômicas. De certa maneira essas antinomias continuam sendo problemas da cultura contemporânea e de suas ciências humanas: empirismo versus racionalismo, natureza versus cultura, universalidade versus historicidade, sistema versus processo.

Não é pequena essa contribuição dos Iluminismos para o conhecimento das sociedades e das culturas.

¹⁵ Michel Vovelle (org.). *El hombre de la Ilustración*. Madri: Alianza, 1995, p. 12